



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS PROCURADORIA-GERAL

PARECER N. 1332/2016/L

*PROCESSO 495/2016 - PREGÃO PRESENCIAL N.
063/2016 - RECURSO ADMINISTRATIVO.*

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Administração – Comissão Do Pregão Presencial

OBJETO DA CONSULTA: Trata-se de consulta sobre o recurso interposto pela empresa PAESAN – PAVIMENTAÇÃO ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA, contra ato decisório da comissão de licitações.

RELATÓRIO

1. Em breve síntese, a Recorrente foi licitante no Pregão Presencial nº 062/2016, realizada pelo Município, visando à aquisição parcelada de concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q).

2. A sessão para apresentação e abertura de envelopes de habilitação ocorreu no dia 12 de Dezembro de 2016.

3. No entanto, verificada a documentação da Recorrente, o Pregoeiro decidiu por inabilitá-la, arguindo que “o objeto social da empresa é incompatível com o ramo do produto licitado”.

4. Ante os argumentos expendidos pela empresa Recorrente, passa-se a análise dos fundamentos jurídicos que envolvem a questão.

FUNDAMENTAÇÃO

5. A administração pública municipal, invariavelmente, pauta todos os seus atos pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

6. Em vistas ao atendimento do interesse público, foi promovido processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial, cujo procedimento foi fixado pelos preceitos da Lei n. 8.666/1993.

7. A recorrente foi inabilitada aduzindo o pregoeiro que “o objeto social da empresa é incompatível com o objeto licitado”. Vejamos então, o dispõe o item 4 do Edital:

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

PROCURADORIA-GERAL

4.1 - Poderão participar do presente Pregão Presencial: pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, e ainda, cujo Contrato Social esteja em vigor, registrado no órgão Competente, com o ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.

8. Em análise ao recurso interposto pela recorrente, o setor competente em seu parecer técnico (anexo) aduziu que:

"Observando o Certificado de Registro Cadastral da empresa PAESAN - Pavimentação Engenharia e Saneamento LTDA, podemos notar que o objeto social da empresa abrange a classe de Pavimentação (...) Logo podemos aferir que se a empresa executa Pavimentos asfálticos ela também é fornecedora de C.B.U.Q, portanto faz parte do objeto social o fornecimento desse item (...) Em vista a tudo que foi comentado nesse ofício, a empresa PAESAN - Pavimentação Engenharia e Saneamento LTDA, atende aos pré - requisitos para habilitação"

9. Ademais, deve-se observar que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela Recorrente, ao discriminar as características e quantitativos, relata expressamente:

ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA - CODEMIG (fls.100/101)
(...)

2.2.6 - C.B.U.Q Concreto betuminoso usinado a quente - Faixa "B" - esp. 2,5 cm (943,80 t)

2.2.7 - Transporte de C.B.U.Q. da usina - DMT = 20 km (4.399,80 t X km)
(...)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS (fls. 102)
(...)

1.6 - C.B.U.Q Concreto betuminoso usinado a quente "C" - esp. 2,5 cm (3.919,15 t)

1.7 - Transporte de C.B.U.Q. da usina - DMT = 25 Km (97.978,75 t X km)

10. Verifica-se, porém que, o atestado apresentado, cingiu sobre objeto mais completo e abrangente, demonstrando sem duvida a capacidade técnica da Recorrente em fornecer o produto.

11. Desta feita, nota-se claro a compatibilidade ao objeto do edital quando é averiguado que o objeto social da empresa Recorrente constitui em Terraplanagem, Pavimentação, Obras de Engenharia, Saneamento.



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS PROCURADORIA-GERAL

12. Inclusive, a possibilidade da Recorrente em atender ao que está sendo licitado, satisfazendo as exigências estabelecidas no edital, fica clara nos atestados de capacidade técnica apresentado, bem como no parecer técnico emitido pelo setor competente (anexo). Logo, o objeto social da empresa inclui o objeto licitado.

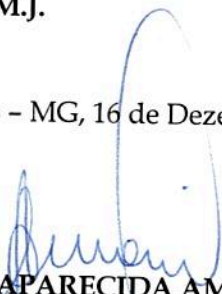
13. Desta maneira, e considerando os argumentos da Recorrente, a administração municipal pode entender por bem aceitar o presente recurso, sem qualquer prejuízo para a administração ou a moralidade administrativa.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, OPINO pelo deferimento do Recurso Administrativo, acatando assim os argumentos expendidos pela Recorrente no sentido de habilitá-la, mantendo-se, no mais, o certame incólume.

É o parecer, S.M.J.

Patos de Minas - MG, 16 de Dezembro de 2016.


JULIETE APARECIDA AMORIM
Procuradora do Município
Mat. 24.719